

288  
9

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Comarca de Uberlândia – 2ª Vara Criminal

**Autos nº 0702.17.029481-4**

Vistos, etc.

CARLOS AUGUSTO COSTA NEVES fez acordo de colaboração premiada junto ao MPMG no ano de 2017, auxiliando na elucidação dos fatos da denominada “Operação Não Tem Preço”, do GAECO-UDI.

Atualmente, o i.RMP juntou nos autos pedido para concessão do perdão judicial, tendo em vista que as cláusulas do acordo homologado por este Juízo foram cumpridas (f. 268).

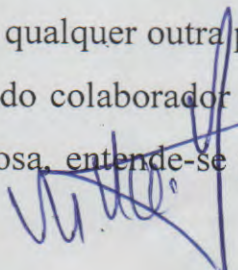
Relatado o necessário, DECIDO.

No §2º do artigo 4º da Lei n.º 12.850/13 diz que “*Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)*”.

No presente acordo de colaboração, na cláusula 11ª, parágrafo único, prevê que o i.RMP poderá requerer a redução da pena ou o perdão judicial, após a compensação no valor da multa penal ajustada de qualquer importância paga ao Estado de Minas Gerais.

Nota-se que Carlos Augusto efetuou o pagamento da multa ajustada, no valor de R\$ 2,5 milhões de reais, como também de tributos. Assim, o Ministério Público entendeu que não há razão para impor qualquer outra pena ao colaborador.

Diante disso, aliado ao auxílio do colaborador com a elucidação dos fatos e a decomposição da organização criminosa, entende-se pela **extinção da punibilidade**





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Comarca de Uberlândia – 2ª Vara Criminal

de **CARLOS AUGUSTO COSTA NEVES** com relação aos autos de n.º 0702.17.029481-4, 0702.17.024762-2, 0702.17.022162-7, 0702.17.045546-4, 0702.17.045413-7, 0702.17.045417-8, 0702.17.075932-9, 0702.17.075941-0, 0702.17.082678-9, 0702.17.022902-2 e 0702.19.037191-5 em razão do *perdão judicial*, com fundamento no artigo 4ª, §2º, da Lei n.º 12.850/13.

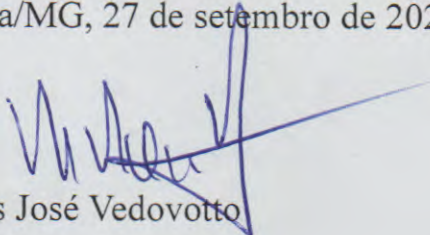
Por fim, cumpra-se conforme requerido pelo i.RMP às ff. 270/271.

Junte-se cópia desta decisão nas ações penais supramencionadas, fazendo constar que a denúncia foi *rejeitada* com relação a CARLOS AUGUSTO COSTA NEVES, pelos motivos acima expostos.

Intimem-se.

Diligências legais. Cumpra-se.

Uberlândia/MG, 27 de setembro de 2021.



Marcos José Vedovotto

Juiz de Direito